

GASLIGHTING INSTITUCIONAL E RACIONALIDADE ESTRATÉGICA AFETIVA NO FUTEBOL DE MULHERES: A COPA DO MUNDO DE 2023

INSTITUTIONAL GASLIGHTING AND AFFECTIVE STRATEGIC RATIONALITY IN WOMEN'S FOOTBALL: THE 2023 WOMEN'S WORLD CUP 

GASLIGHTING INSTITUCIONAL Y RACIONALIDAD ESTRATÉGICA AFECTIVA EN EL FÚTBOL DE MUJERES: LA COPA MUNDIAL FEMENINA DE 2023 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.147695>

 **Marina Thereza Santos de Souza Özdemir***

<marina.ozdemir@usp.br>

 **Marco Bettine*** <marcobettine@gmail.com>

* Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil.

Resumo: A Copa do Mundo Feminina da FIFA de 2023 evidenciou avanços simbólicos na visibilidade da modalidade, ao mesmo tempo em que expôs a persistência de assimetrias estruturais na governança esportiva global. Este artigo tem como objetivo analisar esse cenário à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, em diálogo com a sociologia dos afetos e a teoria feminista. Propõe-se o conceito de racionalidade estratégica afetiva, entendido como a mobilização institucional dos afetos para administrar dissensos, neutralizar críticas e reproduzir desigualdades sob a aparência de empatia e inclusão. Metodologicamente, o estudo combina análise qualitativa de casos institucionais e análise de enquadramento da cobertura midiática internacional da Copa de 2023, identificando padrões discursivos na construção das desigualdades de gênero no esporte. Os resultados indicam que a ampliação da visibilidade midiática não implica, necessariamente, transformação estrutural, podendo ser incorporada como parte de estratégias simbólicas de legitimação. Como contribuição, o artigo propõe a noção de Auditoria Social Deliberativa como possibilidade analítica e normativa de fortalecimento da *accountability* e da democratização das instituições esportivas.

Palavras-chave: Futebol de mulheres. Racionalidade estratégica afetiva. Gaslighting institucional. Mídia esportiva.

Recebido em: 24 mai. 2025
Aprovado em: 11 maio 2026
Publicado em: 5 ago. 2026



Este é um artigo publicado sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

1 INTRODUÇÃO

A Copa do Mundo de Futebol Feminina de 2023, realizada na Austrália e na Nova Zelândia, foi celebrada pela FIFA como a maior Copa feminina de todos os tempos. Recordes de audiência, estádios lotados e um inédito protagonismo midiático sinalizaram um novo patamar de visibilidade para as mulheres no esporte. No discurso de encerramento, o presidente da FIFA, Gianni Infantino, exaltou o sucesso do torneio e dirigiu-se diretamente às mulheres, afirmando que elas “têm o poder de mudar” o futebol, devendo “escolher as batalhas certas” e “convencer os homens” a apoiar a igualdade. Acrescentou, ainda, que “comigo, com a FIFA, vocês têm portas abertas, é só empurrar e abrir” (Sá, 2023). Embora revestida de empatia aparente, essa declaração pode ser interpretada como uma inversão estrutural da responsabilidade: transfere-se às mulheres a incumbência de resolver desigualdades sistêmicas, enquanto a própria instituição, detentora do poder formal e dos recursos, se posiciona como facilitadora, e não como agente da transformação.

Esse episódio não constitui um desvio isolado, mas expressa um padrão discursivo recorrente na governança do futebol de mulheres. Neste artigo, esse padrão é interpretado como manifestação de *gaslighting* institucional, articulado à lógica da racionalidade estratégica afetiva (Abramson, 2014). O conceito de *gaslighting*, oriundo da psicologia e expandido sociologicamente por Sweet (2019), refere-se a práticas de manipulação simbólica que produzem dúvida sobre percepções e experiências de grupos subalternizados, frequentemente sob o disfarce de cuidado, empatia ou orientação. Transposto ao plano institucional, o fenômeno opera quando entidades simulam escuta e reconhecimento, mas, na prática, desqualificam ou esvaziam demandas por mudança, contribuindo para a reprodução de estruturas de desigualdade.

Cabe ainda uma breve observação terminológica. Ao longo deste artigo, opta-se pelo uso da expressão “futebol de mulheres”, em diálogo com abordagens críticas dos estudos de gênero e do esporte que problematizam a categoria “futebol feminino” como uma construção historicamente situada e marcada por hierarquias simbólicas. Como argumenta Goellner (2021), o futebol foi constituído, no imaginário social brasileiro, como um espaço de afirmação da masculinidade, no qual a presença das mulheres foi reiteradamente invisibilizada ou tratada como desvio. Nessa mesma direção, estudos sobre futebol de mulheres evidenciam que as categorias de gênero no esporte são social e culturalmente construídas, operando como dispositivos que reproduzem relações de poder e exclusão (Knoppers, 2016; Pfister, 2015).

Autoras como Januário (2019), ao analisar representações midiáticas no futebol, indicam que a designação “feminino” tende a funcionar como categoria derivada e subordinada em relação ao padrão masculino, reforçando assimetrias simbólicas e regimes de visibilidade desiguais. Mais amplamente, pesquisas sobre mídia, esporte e gênero demonstram que o futebol de mulheres é frequentemente enquadrado por narrativas que oscilam entre invisibilização, exotização e marginalização, evidenciando a centralidade da linguagem na produção dessas desigualdades (Whiteside, 2024).

A escolha terminológica aqui adotada, portanto, não é meramente descritiva, mas analítica. Ao privilegiar a expressão “futebol de mulheres”, busca-se evidenciar o caráter socialmente construído dessas categorias e suas implicações na reprodução das desigualdades no campo esportivo, alinhando-se a uma perspectiva crítica que compreende o esporte como espaço de disputa simbólica, no qual linguagem, poder e reconhecimento estão intrinsecamente articulados.

O objetivo deste artigo é analisar como esse mecanismo se manifesta no contexto do futebol de mulheres, articulando a Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas (2022a, 2022b, 2023) à sociologia dos afetos e à teoria feminista. Parte-se da hipótese de que, no campo da governança esportiva, práticas discursivas orientadas à empatia e à inclusão podem operar como formas de racionalidade estratégica, mobilizando afetos como recurso de gestão do dissenso e de neutralização da crítica. Nesse sentido, propõe-se o conceito de racionalidade estratégica afetiva como categoria analítica capaz de descrever esse fenômeno.

Embora a literatura recente tenha avançado significativamente na análise das desigualdades de gênero no esporte, da governança esportiva e da representação midiática do futebol de mulheres, observa-se uma lacuna na articulação entre esses campos e a teoria crítica, especialmente no que se refere aos mecanismos simbólicos e afetivos de reprodução do poder. Em particular, ainda são incipientes as análises que mobilizam o referencial habermasiano para compreender como práticas institucionais aparentemente orientadas ao reconhecimento podem, paradoxalmente, contribuir para a manutenção das desigualdades. Ao abordar essa lacuna, o presente artigo busca contribuir para o aprofundamento teórico e empírico do debate.

A análise fundamenta-se na distinção habermasiana entre racionalidade comunicativa, orientada ao entendimento mútuo, e racionalidade estratégica, voltada à obtenção de resultados por meio da influência sobre os outros. Argumenta-se que, no contexto contemporâneo do esporte, emerge uma forma específica de racionalidade estratégica que opera por meio da mobilização dos afetos, discursos de cuidado, empatia e inclusão, não como instrumentos de deliberação, mas como tecnologias simbólicas de gestão do conflito. Esse processo pode ser compreendido como uma forma de colonização dos afetos, em consonância com a dinâmica de colonização do mundo da vida descrita por Habermas, na qual os sistemas, mercado e poder burocrático, invadem e distorcem os espaços da interação comunicativa.

O argumento é desenvolvido em diálogo com contribuições de Fraser (2002), especialmente no que se refere à tensão entre reconhecimento simbólico e redistribuição material, e de Illouz (2007), cuja análise do capitalismo emocional permite compreender a incorporação dos afetos às lógicas institucionais de gestão e controle. Esse enquadramento teórico possibilita interpretar o futebol de mulheres como um campo privilegiado de observação das formas contemporâneas de reprodução simbólica do poder.

Metodologicamente, o artigo configura-se como um estudo teórico-analítico com base empírica, articulando análise de enquadramento da cobertura midiática internacional da Copa de 2023 e análise qualitativa de episódios institucionais

emblemáticos, como o discurso da FIFA e o caso envolvendo a Federação Espanhola de Futebol. A partir dessa articulação, busca-se identificar padrões discursivos e mecanismos institucionais que evidenciem a operação do *gaslighting* institucional e da racionalidade estratégica afetiva.

O texto está organizado em cinco partes. A primeira o percurso metodológico. Em seguida, desenvolve-se o conceito de racionalidade estratégica afetiva, em diálogo com a teoria crítica e a sociologia dos afetos. Na terceira, analisam-se casos institucionais que ilustram a operação desse mecanismo na governança do futebol de mulheres. Na quarta, apresenta-se a análise de enquadramento da cobertura midiática da Copa de 2023, identificando padrões discursivos na construção das desigualdades de gênero. Por fim, discute-se a proposta de uma Auditoria Social Deliberativa como possível resposta normativa às limitações identificadas, buscando articular teoria crítica e possibilidades concretas de transformação institucional.

Ao fazê-lo, o artigo busca contribuir para os estudos sociais do esporte, para a teoria crítica e para os estudos de gênero, oferecendo uma chave interpretativa para compreender as formas contemporâneas de reprodução simbólica da desigualdade. Mais do que evidenciar a persistência de assimetrias, pretende-se iluminar os mecanismos pelos quais essas assimetrias são discursivamente administradas, contribuindo para o debate sobre as possibilidades de democratização das instituições esportivas na contemporaneidade.

2 METODOLOGIA¹

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-analítica, com base empírica, articulando análise de enquadramento midiático (framing) e estudo de casos institucionais à luz da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas. O objetivo metodológico consiste em identificar como as desigualdades de gênero no futebol de mulheres são discursivamente construídas, interpretadas e potencialmente neutralizadas na esfera pública esportiva.

A pesquisa estrutura-se em três eixos complementares: (a) análise de enquadramento da cobertura midiática internacional da Copa do Mundo de 2023; (b) análise qualitativa de episódios institucionais emblemáticos (FIFA e Federação Espanhola); e (c) proposição normativa fundamentada na teoria deliberativa.

2.1 ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MIDIÁTICO (FRAMING)

A análise de enquadramento foi conduzida a partir de um corpus composto por reportagens de seis veículos de grande circulação internacional: Folha de S.Paulo e UOL (Brasil), Bild (Alemanha), The Guardian (Inglaterra), The New York Times (Estados Unidos) e The Sydney Morning Herald (Austrália). O recorte temporal

¹ Parte do corpus empírico analisado neste estudo, especialmente o conjunto de reportagens utilizadas na análise de enquadramento midiático, foi anteriormente explorada em Bettine e Özdemir (2024). No presente artigo, esse material é reexaminado sob uma nova abordagem teórica e analítica, com ênfase nos mecanismos de racionalidade estratégica afetiva e *gaslighting* institucional, o que implica não apenas reinterpretação dos dados, mas também ampliação do escopo analítico.

compreende o período de 15 de julho a 31 de agosto de 2023, abrangendo as fases pré, durante e pós-evento.

Inicialmente, foram identificadas 475 reportagens relacionadas à Copa do Mundo Feminina. Após aplicação de critérios de inclusão, presença de conteúdo social, político, econômico ou cultural relacionado ao futebol de mulheres, e exclusão de matérias estritamente técnicas ou esportivas, o corpus final foi composto por 264 reportagens.

A codificação dos dados seguiu o modelo de Matthes e Kohring (2008), que compreende o enquadramento como um padrão estruturado de elementos discursivos. A análise foi realizada em três etapas:

- a) identificação de elementos discursivos: definição do problema, atores envolvidos, causas atribuídas, avaliações morais e soluções propostas;
- b) agrupamento dos elementos: organização dos padrões recorrentes de sentido;
- c) construção das categorias de enquadramento: sistematização em oito categorias analíticas distribuídas nas dimensões Sistema Poder, Sistema Dinheiro e Mundo da Vida.

As categorias foram operacionalizadas como indicadores empíricos das tensões entre racionalidade comunicativa e racionalidade estratégica, permitindo analisar não apenas a presença de determinados temas, mas os modos pelos quais são construídos discursivamente.

Para fins comparativos, os dados foram normalizados em escala percentual por veículo, possibilitando a identificação de padrões estruturais de cobertura.

2.2 ANÁLISE DOS CASOS INSTITUCIONAIS

Complementarmente à análise de mídia, foram examinados dois episódios emblemáticos: (a) o discurso institucional da FIFA durante a Copa de 2023; e (b) o caso envolvendo a Federação Espanhola de Futebol e a jogadora Jenni Hermoso.

A análise desses casos foi conduzida por meio de interpretação qualitativa, com foco nos mecanismos discursivos e institucionais de gestão do dissenso. Foram considerados elementos como: simulação de escuta, inversão de responsabilidade, deslegitimação das demandas e mobilização de afetos como estratégia de contenção.

Esses casos operam como unidades analíticas que permitem observar empiricamente a manifestação do *gaslighting* institucional e da racionalidade estratégica afetiva em contextos concretos.

2.3 ARTICULAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

A integração entre os dados empíricos e o referencial teórico foi orientada por um movimento analítico de dupla direção: de um lado, os conceitos habermasianos de sistema e mundo da vida forneceram a estrutura interpretativa para a análise dos enquadramentos e dos casos; de outro, os dados empíricos permitiram tensionar e

expandir esses conceitos, especialmente por meio da formulação da categoria de racionalidade estratégica afetiva.

Nesse sentido, a análise não se limita à descrição dos fenômenos, mas busca identificar mecanismos de reprodução simbólica do poder, evidenciando como práticas discursivas aparentemente orientadas à inclusão podem operar como formas de neutralização da crítica.

2.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo apresenta algumas limitações. O corpus midiático, embora diversificado, concentra-se em veículos de grande circulação, do norte global, e em um recorte temporal específico, não abrangendo mídias alternativas ou redes sociais, que podem operar com dinâmicas distintas de produção de sentido.

Além disso, a análise privilegia fontes documentais e discursivas, não incorporando entrevistas em profundidade com atores diretamente envolvidos, o que poderia enriquecer a compreensão dos mecanismos institucionais analisados.

3 RACIONALIDADE ESTRATÉGICA AFETIVA: TEORIA CRÍTICA DO AFETO COMO PODER

A base teórica deste estudo está ancorada na Teoria do Agir Comunicativo, de Jürgen Habermas, e em desdobramentos contemporâneos da teoria crítica que analisam os usos políticos e institucionais dos afetos. Habermas (2022a, 2023) distingue, no agir social, duas lógicas fundamentais: a racionalidade comunicativa, orientada ao entendimento mútuo e à coordenação de ações mediante diálogo livre de coerção, e a racionalidade estratégica (ou instrumental), na qual os interlocutores agem com o objetivo de influenciar o outro, buscando resultados e, frequentemente, manipulando a interação em benefício próprio.

Nas sociedades contemporâneas, essa racionalidade estratégica não se restringe às esferas econômica e burocrática. Ela invade progressivamente espaços destinados à reprodução social, às interações solidárias e à construção de sentido coletivo, fenômeno que Habermas denomina colonização do mundo da vida. Nesse processo, os sistemas (Estado e mercado) passam a instrumentalizar dimensões comunicativas, simbólicas e afetivas, deteriorando as bases de uma esfera pública autêntica e comprometendo os mecanismos de integração social (Habermas, 2022b, p. 275).

No contexto do futebol feminino, historicamente atravessado por desigualdades de gênero, observamos que as instâncias de poder recorrem de forma sistemática a uma modalidade específica de racionalidade estratégica: aquela que instrumentaliza os afetos como tecnologia de dominação simbólica. Denominamos esse fenômeno de racionalidade estratégica afetiva, na medida em que discursos de empatia, cuidado, inclusão e celebração são mobilizados não para promover transformação ou reparação das desigualdades, mas para administrar conflitos, esvaziar críticas e perpetuar assimetrias institucionais.

A formulação deste conceito dialoga diretamente com as análises de Illouz (2007), que descreve como, na modernidade, os afetos foram incorporados às lógicas do capitalismo e da gestão organizacional. No que ela chama de capitalismo emocional, as instituições aprendem a encenar emoções, empatia, zelo, paixão, transformando-as em ferramentas de controle, fidelização e contenção. Como sintetiza a autora, "a emoção tornou-se o alvo principal do controle institucional" (Illouz, 2007, p. 108). No caso do esporte, esse padrão manifesta-se na retórica que exalta a "família do futebol", a "paixão pelo jogo" ou a "gratidão às atletas", ao mesmo tempo em que bloqueia, omite ou posterga demandas concretas por justiça de gênero, igualdade salarial e melhores condições de trabalho.

O conceito de *gaslighting* institucional complementa esse quadro analítico, fornecendo uma chave para compreender os efeitos dessa racionalidade afetiva no plano subjetivo e coletivo. Originalmente utilizado na psicologia para descrever relações abusivas marcadas pela manipulação da percepção da vítima, o termo foi expandido sociologicamente por Sweet (2019), que demonstra como o *gaslighting* opera como prática estrutural ancorada em desigualdades de gênero, raça e classe. Sweet argumenta que instituições podem reproduzir dinâmicas de *gaslighting* quando desqualificam denúncias, invertem a responsabilidade dos problemas ou oferecem respostas simbólicas que, em vez de resolver, reforçam o descrédito das vítimas.

Esse mecanismo torna-se evidente quando jogadoras que denunciam abusos ou desigualdades são confrontadas com respostas institucionais que, embora revestidas de linguagem afetiva, operam para deslegitimar suas queixas. Promessas vagas, apelos à paciência, declarações de que "o sistema está ouvindo", seguidas da manutenção de práticas desiguais, são manifestações típicas desse fenômeno. O efeito, como aponta Sweet (2019), é enfraquecer a confiança das mulheres em sua própria percepção, produzindo confusão epistêmica e hesitação em questionar o status quo.

Com base nesse arcabouço, definimos Racionalidade Estratégica Afetiva como a prática institucional de manipular os afetos, por meio de discursos, gestos e encenações de cuidado, para preservar estruturas de poder, evitando a emergência de processos genuínos de deliberação democrática. Essa racionalidade perverte a lógica comunicativa: substitui o diálogo autêntico por performances de escuta; troca o reconhecimento sincero por encenações calculadas de acolhimento. Sob a aparência de empatia, expressa em palavras afetuosas, campanhas publicitárias inclusivas e discursos de celebração, esconde-se a continuidade da coerção estrutural.

Trata-se, em termos habermasianos, de uma forma sutil, porém eficaz, de colonização do mundo da vida. Enquanto em uma esfera pública deliberativa autêntica, os sujeitos poderiam levantar críticas e formular reivindicações pautadas pela reciprocidade da compreensão, sob a lógica da racionalidade estratégica afetiva essa possibilidade é sistematicamente bloqueada. A escuta deixa de ser um ato epistemológico, de aprendizado mútuo e construção coletiva, e se converte em mero expediente performativo, cujo objetivo é administrar demandas sem transformar estruturas.

Como bem observa Habermas (2022b, p. 331), “não há deliberação genuína onde há coerção - mesmo que disfarçada de empatia”. Assim, a racionalidade estratégica afetiva cumpre um papel paradoxal: aparenta diálogo, mas produz silêncio; simula cuidado, mas reforça controle; proclama reconhecimento, mas pratica domesticação simbólica. Essa dinâmica pode ser resumida em uma fórmula dialética: não é amizade, é controle; não é cuidado, é administração do dissenso; não é escuta, é neutralização da crítica.

Ao iluminar esse fenômeno no contexto do futebol de mulheres, ainda pouco nomeado na literatura, este artigo busca contribuir para uma agenda teórica e política que vá além da crítica às manifestações explícitas de desigualdade, focando nos modos sutis e sofisticados pelos quais o poder se reproduz nas interações simbólicas e afetivas. Na seção seguinte, examinamos como essa racionalidade estratégica afetiva se manifesta concretamente na governança do futebol feminino, tanto em nível global (como no caso da FIFA) quanto em contextos nacionais específicos, revelando os mecanismos de colonização sistêmica ainda em curso.

4 COLONIZAÇÃO SISTÊMICA NO FUTEBOL FEMININO E GASLIGHTING INSTITUCIONAL

A história do futebol das mulheres é marcada por processos persistentes de exclusão, silenciamento e luta por reconhecimento. Durante décadas, as mulheres foram formalmente proibidas de praticar futebol em diversos países. No Brasil, por exemplo, vigorou entre 1941 e 1979 um decreto-lei que vetava a prática do futebol por mulheres, ancorado em argumentos pseudocientíficos sobre supostos riscos à saúde e à “feminilidade” (Brasil, 1941; Goellner, 2021). Mesmo após a revogação das proibições legais, o futebol de mulheres permaneceu submetido a um regime que Goellner (2021) denomina de “permissão precária”: uma inclusão contingente, disciplinada e profundamente desigual, na qual a prática esportiva das mulheres é tolerada desde que não confronte os padrões normativos de gênero ou as estruturas econômicas e simbólicas que sustentam o domínio masculino no esporte.

Esse padrão não é exclusivo do contexto brasileiro. Estudos da sociologia do esporte evidenciam que a inserção das mulheres no futebol, em diferentes contextos nacionais, ocorre de forma historicamente subordinada, marcada por processos de marginalização institucional, baixa valorização econômica e enquadramentos midiáticos assimétricos (Pfister, 2015; Cooky; Messner, 2018; Williams, 2014).

Esse histórico evidencia a operação constante do que Habermas conceitua como colonização do mundo da vida pelos sistemas de poder e dinheiro (Habermas, 2022a, p. 275). Inicialmente, essa colonização se manifestou por meio da repressão legal direta. Posteriormente, assumiu formas mais sutis, porém igualmente eficazes, de controle simbólico e disciplinamento. Como observa Bourdieu (1997, p. 25), os meios de comunicação, as instituições e os dispositivos culturais desempenham um papel central na produção e reprodução de hierarquias sociais, na medida em que “impõem sua forma de ver, de fazer ver e de crer”.

No campo esportivo, essa dinâmica se articula à estrutura do campo descrita por Bourdieu, na qual diferentes formas de capital, econômico, simbólico e midiático, são distribuídas de maneira desigual, contribuindo para a reprodução da hegemonia masculina e para a marginalização do futebol de mulheres.

No caso do futebol, o *habitus* esportivo, estruturado historicamente pela masculinização do jogo, continua operando, naturalizando a ideia de que o futebol é, antes de tudo, um território masculino, enquanto a presença das mulheres permanece marcada pela excepcionalidade, pela precarização e pela suspeição simbólica (Bourdieu, 1979; Goellner, 2021).

A realização da Copa do Mundo de 2023 ilustra, de maneira particularmente expressiva, a ambivalência desse processo. De um lado, prevaleceram as narrativas celebratórias: recordes de audiência, estádios lotados e crescente adesão popular foram amplamente destacados.

Esse crescimento da visibilidade, entretanto, não implica necessariamente transformação estrutural. Como indicam estudos recentes sobre futebol de mulheres, a ampliação da cobertura midiática e do interesse público frequentemente convive com a manutenção de desigualdades institucionais profundas, especialmente no que se refere a financiamento, governança e reconhecimento profissional (Pfister, 2015; Williams, 2013).

De outro, emergiram de forma contundente denúncias sobre a persistência das assimetrias estruturais: desigualdade salarial, falta de investimento, condições de trabalho precárias, assédio, abuso institucional e opacidade nas estruturas decisórias. Jogadoras, jornalistas e torcedoras, em múltiplos países, mobilizaram-se para tornar essas questões visíveis no espaço público.

Dois episódios emblemáticos condensam a tensão entre mundo da vida e sistema, tal como descrito por Habermas.

4.1 CASO FIFA: RECONHECIMENTO SIMBÓLICO E RECUSA DA REDISTRIBUIÇÃO

O pronunciamento de Infantino no encerramento da Copa de 2023 constitui um exemplo cristalino de *gaslighting* institucional articulado à racionalidade estratégica afetiva. A adoção de um tom supostamente aliado das mulheres, sugerindo que “as portas estão abertas, basta empurrar”, não passa de uma simulação de escuta. Na prática, Infantino desqualifica as principais demandas por igualdade, incluindo a equiparação de prêmios entre as Copas, reduzindo-as a “slogans” que “não resolvem nada” (Sá, 2023).

Em termos habermasianos, trata-se de uma estratégia pela qual o Sistema invade a esfera pública esportiva, simulando abertura dialógica enquanto define antecipadamente os limites do debate, isto é, o que pode e o que não pode ser objeto de deliberação. Como analisa Fraser (2002), esse movimento caracteriza-se como uma “justiça incompleta”, na qual há reconhecimento retórico, mas ausência de redistribuição material. O resultado é a produção de um espaço público assimétrico,

no qual as vozes das jogadoras são acolhidas apenas na superfície, enquanto suas demandas substantivas permanecem marginalizadas.

4.2 CASO ESPANHA: REBELDIA, VIGILÂNCIA E PUNIÇÃO SIMBÓLICA

Meses antes da Copa, 15 jogadoras da seleção espanhola feminina denunciaram formalmente as condições de trabalho abusivas e a gestão autoritária do técnico Jorge Vilda, exigindo mudanças estruturais. A resposta da Federação Espanhola (RFEF), liderada por Luis Rubiales, foi imediata e punitiva: não apenas recusou o diálogo, como também acusou as atletas de falta de comprometimento e as afastou da seleção.

Nesse cenário, configura-se um processo típico de *gaslighting* institucional: as demandas legítimas por dignidade, respeito e condições de trabalho são reinterpretadas como atos de insubordinação emocional ou histeria coletiva. Nos bastidores, o técnico implementava um regime de vigilância emocional, invadindo espaços privados e controlando a rotina das jogadoras sob o disfarce de cuidado (#SeAcabó, 2024). A culminação desse padrão deu-se no episódio globalmente repercutido em que Rubiales, durante a cerimônia de premiação, agarrou e beijou à força a jogadora Jenni Hermoso. A frase de Hermoso: “Meu chefe não deveria ter me beijado” (Latona; Devereux; Pinedo, 2025), torna-se não apenas um enunciado individual de denúncia, mas um marco discursivo que desmonta a farsa do pseudoafeto institucional.

A reação inicial de Rubiales, recusando-se a renunciar e qualificando a indignação pública como uma “campanha injusta”, revela o mecanismo clássico do *gaslighting*: distorcer os fatos, inverter os papéis e tentar desqualificar a vítima. Somente após intensa mobilização social, amplificada pela *hashtag* #SeAcabó, e forte pressão internacional é que Rubiales foi compelido a renunciar, seguido da demissão do técnico. O episódio revelou não apenas o colapso da escuta institucional, mas também a força dos contrapúblicos subalternos (Fraser, 2002), que, articulados por jogadoras, jornalistas e movimentos feministas, desafiaram a ordem simbólica dominante e reconfiguraram o debate público em escala global.

4.3 GASLIGHTING, COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

Ambos os casos demonstram como o Sistema Poder, representado por dirigentes esportivos, e o Sistema Dinheiro, operado pelas lógicas mercantis e de patrocínio, se articulam para preservar estruturas de dominação. Esses sistemas se apropriam de valores do mundo da vida, como a paixão pelo esporte, a solidariedade e a emoção, e os convertem em recursos discursivos para neutralizar críticas, simular diálogo e conter demandas transformadoras.

O *gaslighting* institucional emerge, assim, como ferramenta sofisticada de gestão do dissenso: não se trata mais apenas de negar explicitamente a desigualdade, mas de administrá-la afetivamente, deslocando responsabilidades, diluindo conflitos e esvaziando a potência crítica dos sujeitos afetados.

Contudo, o mundo da vida não é passivo. As mobilizações das jogadoras espanholas, a reação global ao discurso de Infantino e o fortalecimento de redes transnacionais de solidariedade representam formas efetivas de resistência. São exemplos concretos da formação de esferas públicas alternativas, nas quais grupos historicamente marginalizados produzem suas próprias narrativas, reivindicam reconhecimento e exigem redistribuição, não como concessão, mas como direito.

A Copa de 2023, nesse sentido, não foi apenas um evento esportivo. Ela constituiu um campo privilegiado de disputa simbólica, no qual a luta pela democratização do futebol das mulheres revelou as tensões estruturais entre os imperativos da racionalidade sistêmica e as aspirações por uma esfera pública mais justa, igualitária e democrática.

No tópico seguinte, examinamos como a mídia internacional enquadrando essas tensões, identificando quais aspectos das desigualdades de gênero foram destacados, quais foram silenciados e como os enquadramentos midiáticos podem, eles próprios, reforçar ou contestar a racionalidade estratégica afetiva que perpassa a governança do futebol feminino.

5 COBERTURA MIDIÁTICA DA COPA 2023: PRINCIPAIS FRAMES E DENÚNCIAS

A mídia desempenha um papel central na construção da esfera pública esportiva contemporânea. Ao noticiar fatos, selecionar enfoques e estruturar narrativas, os veículos de comunicação não apenas informam, mas moldam os contornos simbólicos da realidade social. Noções como visibilidade, relevância e urgência são socialmente produzidas por meio dos processos midiáticos de enquadramento discursivo, que determinam quais temas emergem como problemas públicos e quais permanecem invisibilizados (Entman, 1993; Wolf, 1999).

No campo esportivo, essa dinâmica assume características específicas. Estudos da sociologia da mídia esportiva indicam que a cobertura do esporte não apenas reflete, mas contribui ativamente para a construção de hierarquias de gênero, visibilidade e legitimidade, frequentemente privilegiando modalidades e narrativas associadas ao masculino (Whiteside, 2024; Cooky; Messner, 2018). No contexto brasileiro, pesquisas têm evidenciado que o futebol de mulheres historicamente ocupa um lugar marginal na agenda midiática, sendo frequentemente enquadrado por lógicas de invisibilização, excepcionalidade ou estereotipação (Goellner, 2021; Januário, 2019; Kessler, 2016).

De acordo com a teoria do enquadramento (framing), “enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição de problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento” (Entman, 1993, p. 52). Aquilo que não é enquadrado, nos termos de Wolf (1999), simplesmente não adquire existência política efetiva. Dessa forma, os frames operam como filtros

cognitivos e culturais, tanto refletindo quanto produzindo senso comum, hierarquias de importância e mapas de significado (Garraza *et al.*, 2012, p. 110).

No âmbito dos estudos do esporte, o conceito de *framing* tem sido amplamente mobilizado para compreender como a mídia estrutura narrativas sobre atletas, competições e desigualdades. Pesquisas mostram que a cobertura do esporte das mulheres tende a enfatizar aspectos periféricos, como aparência, emoção ou excepcionalidade, em detrimento de dimensões estruturais, como financiamento, governança e condições de trabalho, contribuindo para a reprodução de assimetrias simbólicas (Cooky; Messner, 2018; Pfister, 2015). Essa literatura reforça a importância de analisar não apenas o que é dito, mas como é dito e quais elementos são sistematicamente silenciados.

Estudar os enquadramentos presentes na cobertura da Copa do Mundo de 2023 permite revelar os mecanismos pelos quais as questões de gênero no futebol foram percebidas, amplificadas ou silenciadas no debate público global. Para isso, realizamos uma análise de enquadramento em seis veículos jornalísticos de grande circulação [Folha de S.Paulo e UOL (Brasil), Bild (Alemanha), The Guardian (Inglaterra), The New York Times (Estados Unidos) e The Sydney Morning Herald (Austrália)], abrangendo o período de 15 de julho a 31 de agosto de 2023, o que inclui as vésperas, o desenvolvimento e o pós-evento. A escolha dos veículos buscou combinar relevância nacional, diversidade geográfica e contraste entre culturas midiáticas e esportivas. Folha e UOL permitem examinar os enquadramentos produzidos no contexto brasileiro, particularmente significativos tanto pela centralidade simbólica do país no futebol quanto pelo fato de o Brasil sediar a Copa de 2027, o que torna esse material especialmente útil para a identificação de continuidades, expectativas e contrapontos. O The New York Times foi selecionado por representar o contexto de uma das seleções mais vitoriosas do futebol de mulheres e o único caso, entre os analisados, de paridade salarial institucionalizada com a equipe masculina, oferecendo um parâmetro importante para a discussão sobre reconhecimento e redistribuição. O The Sydney Morning Herald, por sua vez, possibilita captar a perspectiva do país-sede e os enquadramentos produzidos no espaço social imediatamente atravessado pelo evento. Já o Bild introduz a visão de um mercado midiático esportivo europeu de grande circulação e perfil mais popular, relevante também pela historicidade da Alemanha no futebol de mulheres. Por fim, o The Guardian foi incluído por sua tradição de cobertura crítica sobre esporte, gênero e política, bem como pela centralidade recente da Inglaterra no cenário internacional da modalidade, permitindo observar enquadramentos mais reflexivos sobre desigualdade, representação e governança esportiva.

O corpus inicial reuniu 475 reportagens, filtradas posteriormente para 264 textos que abordavam explicitamente temas sociais, políticos, econômicos ou culturais relacionados à Copa, excluindo-se análises estritamente técnicas ou esportivas. Inspirada no modelo de Matthes e Kohring (2008), a codificação resultou em oito categorias de *framing*, organizadas em três dimensões estruturais, alinhadas à perspectiva habermasiana sobre as tensões entre Sistema e Mundo da Vida.

5.1 DIMENSÕES E CATEGORIAS DE ENQUADRAMENTO

A codificação dos dados resultou em oito categorias de enquadramento, organizadas em três dimensões analíticas (Sistema Poder, Sistema Dinheiro e Mundo da Vida) em consonância com a distinção habermasiana entre sistema e mundo da vida.

No âmbito do Sistema Poder, foram identificadas as categorias: (a) Desigualdade, relativas a práticas institucionais de desigualdade e tratamento assimétrico por parte das federações; e (b) Violências, referentes a casos de violência moral, sexual e ausência de mecanismos institucionais de proteção às atletas.

Na dimensão Sistema Dinheiro, as categorias contemplam: (a) (Sub) Financiamento, associada às disparidades orçamentárias e ao subfinanciamento estrutural do futebol de mulheres; e (b) Patrocínio, relacionada às limitações na sustentabilidade econômica e à mercantilização seletiva da modalidade.

Por fim, na dimensão Mundo da Vida, foram identificadas quatro categorias: (a) (in)Visibilidade, que abrange críticas à invisibilização histórica e aos vieses de representação; (b) Disparidade Salarial, relativa às disputas por equiparação de remuneração; (c) (ir)Responsabilidade, associada à ausência de *accountability* institucional; e (d) (in)Transparência, referente à opacidade nos processos decisórios e na gestão de recursos.

A Tabela 1 não se limita à apresentação descritiva dos dados, mas constitui um instrumento analítico central para a identificação de padrões estruturais de enquadramento. Ao sistematizar a incidência relativa das categorias por veículo, permite evidenciar diferenças na construção midiática das desigualdades de gênero, bem como as ênfases discursivas predominantes em distintos contextos nacionais.

Tabela 1 - Distribuição dos enquadramentos (frames) por veículo de mídia (%)

Dimensão	Categoria	Folha	UOL	Bild	SMH	Guardian	NYT
Sistema (Poder)	Desigualdade	34	25	39	30	26	25
	Violências	–	16	2	12	11	15
Sistema (Dinheiro)	Patrocínio	8	5	5	4	10	7
	(Sub)Financiamento	–	1	–	1	3	4
Mundo da Vida	(in)Visibilidade	15	2	12	10	20	10
	Disparidade Salarial	8	11	–	–	10	7
	(ir)Responsabilidade	25	29	36	28	13	15
	(in)Transparência	8	15	2	14	8	17

Nota: Valores correspondem à incidência relativa (%) dos enquadramentos por veículo. O traço (–) indica ausência de ocorrência no corpus analisado. Fonte: Elaboração própria, com base na análise de 264 reportagens (jul.–ago. 2023).

A leitura comparativa da Tabela 1 permite identificar não apenas a frequência dos enquadramentos, mas a estruturação diferenciada do debate público em distintos contextos nacionais. Mais do que indicar variações quantitativas, os dados evidenciam padrões discursivos que orientam a construção midiática das desigualdades de gênero no futebol de mulheres.

Esses padrões dialogam diretamente com achados consolidados na literatura sobre mídia esportiva, que apontam para uma tensão recorrente entre visibilidade e

transformação. Como indicam Whiteside (2024), a ampliação da cobertura do esporte de mulheres não implica, necessariamente, uma reconfiguração das estruturas de poder que organizam o campo esportivo. No contexto brasileiro, estudos de Januário (2019) e Goellner (2021) reforçam que a visibilidade midiática pode coexistir com formas persistentes de desvalorização simbólica e material, evidenciando os limites da exposição como mecanismo de mudança social.

Nesse sentido, a tabela não deve ser compreendida como um fim em si mesma, mas como um instrumento analítico que viabiliza a identificação de tendências estruturais, as quais serão interpretadas à luz da teoria crítica na seção seguinte.

5.2 TENDÊNCIAS INTERPRETATIVAS

Os dados revelam uma predominância dos frames ligados ao Sistema Poder, especialmente na categoria Desigualdade, que obteve alta incidência em quase todos os veículos, refletindo a centralidade das denúncias sobre estruturas institucionais de desigualdade e gestão opaca. O destaque máximo ocorreu no Bild (39%) e na Folha de S.Paulo (34%).

O frame Violências apresentou forte presença no UOL (16%) e no NYT (15%), demonstrando sensibilidade específica desses contextos a escândalos domésticos, como os casos recorrentes na liga estadunidense (NWSL) e nas denúncias públicas no Brasil.

No campo econômico (Sistema Dinheiro), o frame (Sub)Financiamento, embora relevante, aparece de maneira mais discreta, com destaque para o Guardian (10%) e a Folha (8%). A pouca incidência de dependência de Patrocínio revela que as discussões sobre modelos de sustentabilidade financeira do futebol feminino receberam atenção limitada, permanecendo à margem do debate midiático mais amplo.

Na dimensão Mundo da Vida, nota-se uma clivagem interessante. O frame (in)Visibilidade foi especialmente expressivo no Guardian (20%) e na Folha (15%), sugerindo uma reflexão crítica sobre o papel da própria mídia na reprodução de invisibilidades. O frame Disparidade Salarial, por sua vez, apareceu com força no UOL (11%) e no Guardian (10%), alinhando-se às batalhas históricas das atletas por *equal pay*, especialmente nas seleções dos EUA e da Inglaterra.

As categorias (ir)Responsabilidade e (in)Transparência apresentaram alta incidência em quase todos os veículos, confirmando que a ausência de *accountability* e a opacidade decisória constituíram temas estruturantes da cobertura, sendo particularmente críticas no Bild (36%) e no UOL (29%).

5.3 ENQUADRAMENTO, RACIONALIDADE ESTRATÉGICA AFETIVA E RISCO DE CAPTURA SIMBÓLICA

Embora a cobertura tenha revelado sensibilidade crescente às questões de gênero e desigualdade no esporte, os dados também apontam para um risco latente: que esses frames, ao serem incorporados na narrativa midiática, sejam capturados pelo próprio sistema como ferramentas de gestão reputacional, esvaziando seu potencial transformador.

Essa dinâmica conecta-se diretamente à noção de racionalidade estratégica afetiva discutida nas seções anteriores. Ainda que a mídia exerça poder de denúncia, sua eficácia transformadora depende de que essas denúncias sejam articuladas a práticas de pressão institucional e mobilização social. Caso contrário, o discurso crítico pode ser metabolizado como parte de um ciclo simbólico de gestão da indignação, uma “limpeza de fachada” que não rompe com as estruturas de dominação, conforme alerta Bourdieu (1997).

Nesse contexto, surge uma questão crucial: como converter o conhecimento crítico, produzido tanto pela imprensa quanto pelos movimentos sociais, em instrumentos efetivos de transformação das estruturas que sustentam a desigualdade no futebol de mulheres? É precisamente a essa pergunta que se dirige a proposta de uma Auditoria Social Deliberativa, que será desenvolvida na próxima seção. Esse dispositivo busca superar os limites do mero enquadramento discursivo, operando como mecanismo normativo que tem o potencial de reequilibrar as relações entre sistema e mundo da vida no campo esportivo.

Os dados indicam que os enquadramentos midiáticos operam de forma ambivalente. Por um lado, categorias como exclusão e discriminação e falta de responsabilidade tornam visíveis as assimetrias estruturais e ampliam o repertório crítico disponível na esfera pública. Por outro, ao serem reiteradamente tematizadas sem correspondência em mudanças institucionais, essas mesmas categorias tendem a ser absorvidas como parte de uma gramática estabilizada de denúncia, incorporada pelas instituições como evidência de abertura e sensibilidade. Nesse processo, a crítica não desaparece, mas é reconfigurada como elemento funcional à manutenção da legitimidade institucional, caracterizando um mecanismo de captura simbólica que dialoga diretamente com a lógica da racionalidade estratégica afetiva.

Os dados apresentados indicam uma dinâmica recorrente: embora as desigualdades de gênero no futebol de mulheres sejam amplamente tematizadas na cobertura midiática, sua incorporação no debate público não se traduz, de forma consistente, em transformações institucionais. Ao contrário, observa-se que tais críticas são frequentemente absorvidas pelas próprias estruturas de poder, convertidas em discursos de reconhecimento simbólico sem efeitos redistributivos concretos. Esse descompasso entre visibilidade e transformação revela os limites da esfera pública quando não articulada a mecanismos institucionais capazes de processar criticamente as demandas emergentes. Nesse contexto, torna-se necessário pensar dispositivos que convertam a crítica difusa em processos estruturados de deliberação e responsabilização, abrindo caminho para a proposta de uma Auditoria Social Deliberativa.

6 AUDITORIA SOCIAL DELIBERATIVA: ESCUTA ATIVA E ACCOUNTABILITY NO ESPORTE

Os achados da análise de mídia indicam a recorrência de demandas estruturais relacionadas ao financiamento, à proteção contra assédio, à equidade de tratamento, à transparência e à responsabilização institucional. Tais demandas não se configuram

como reivindicações episódicas, mas como elementos constitutivos de um campo de disputas em torno da justiça de gênero no esporte.

Entretanto, como evidenciado nas seções anteriores, a visibilidade dessas demandas não se traduz automaticamente em transformação institucional. Ao contrário, observa-se a tendência de sua incorporação discursiva pelas próprias entidades responsáveis pela governança do futebol, sem que isso implique alterações substantivas em suas práticas. Esse movimento pode ser interpretado como expressão da racionalidade estratégica afetiva, na medida em que a crítica é reconhecida, mas simultaneamente neutralizada por meio de estratégias simbólicas de gestão do dissenso.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de mecanismos institucionais capazes de converter a crítica difusa em processos estruturados de deliberação, *accountability* e responsabilização. Nesse contexto, a noção de Auditoria Social Deliberativa pode ser compreendida como uma possibilidade analítica e normativa de rearticulação entre crítica pública e transformação institucional.

6.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A ideia de auditoria social possui trajetória consolidada em diferentes contextos, sendo compreendida como mecanismo de monitoramento participativo das ações de instituições públicas e privadas. Sua articulação com a teoria deliberativa amplia esse horizonte ao enfatizar não apenas a verificação de indicadores, mas a qualidade dos processos comunicativos que sustentam a tomada de decisão.

Nesse sentido, a proposta dialoga com a Teoria do Agir Comunicativo, ao buscar reinserir formas de racionalidade orientadas ao entendimento em contextos marcados pela predominância da racionalidade estratégica. Ao mesmo tempo, aproxima-se das discussões sobre inovações democráticas e participação pública, especialmente na contribuição de Illouz (2007), que destacam a importância de arranjos institucionais capazes de ampliar a participação e a responsividade das instituições.

No contexto latino-americano, essa perspectiva encontra ressonância nas análises de Avritzer (2008) e Pogrebinschi (2023), que evidenciam o papel das inovações democráticas na ampliação da participação e no fortalecimento da *accountability*, especialmente em contextos de desigualdade estrutural.

6.2 EIXOS ESTRUTURANTES DA AUDITORIA

A partir dos padrões empíricos identificados na análise de mídia, é possível sistematizar dimensões recorrentes que evidenciam tensões estruturais entre sistema e mundo da vida no futebol de mulheres. Nesse sentido, os eixos analíticos da auditoria correspondem diretamente aos principais frames identificados:

- Recursos e Financiamento: Avalia em que medida as assimetrias identificadas no frame de insuficiência de financiamento se traduzem em práticas institucionais

concretas, considerando critérios de distribuição de recursos e estratégias de investimento na modalidade.

- Políticas de Equidade e Redistribuição: Examina a existência de normativas relativas à igualdade de tratamento, remuneração e condições de trabalho, bem como os critérios utilizados para justificar disparidades observadas.
- Proteção, Integridade e Segurança: Analisa os mecanismos institucionais voltados à prevenção e ao enfrentamento do assédio e da violência, considerando a existência de canais de denúncia, protocolos de proteção e transparência nos processos de apuração.
- Transparência e Governança: Investiga as práticas de prestação de contas, divulgação de informações e participação de atletas e representantes em instâncias decisórias, à luz das recorrências observadas nos frames de falta de responsabilidade e opacidade institucional.
- Mídia, Visibilidade e Representação: Avalia políticas e compromissos institucionais voltados à ampliação da visibilidade do futebol de mulheres, considerando sua relação com a histórica invisibilização identificada na cobertura midiática.
- Resposta Institucional a Demandas Sociais: Examina os canais formais e informais de escuta das demandas das atletas e sua efetiva incorporação nos processos decisórios, constituindo um eixo transversal vinculado à dimensão comunicativa da governança.

6.3 DIMENSÃO OPERACIONAL

A operacionalização da Auditoria Social Deliberativa pode ser compreendida à luz de experiências de participação pública e fóruns deliberativos, nos quais diferentes atores sociais são convocados a justificar suas práticas em arenas públicas estruturadas.

Nesse contexto, a proposta envolve a constituição de espaços institucionais de deliberação que articulem produção de informação, escuta qualificada, justificação pública e monitoramento contínuo. Esses espaços podem incluir audiências públicas, relatórios de avaliação, consultas estruturadas e mecanismos de acompanhamento periódico.

Mais do que um dispositivo de controle externo, trata-se de um processo orientado à reconstrução da legitimidade institucional, no qual as entidades são instadas a responder discursivamente às demandas sociais, sob condições de publicidade e escrutínio democrático.

6.4 BASES NORMATIVAS E LIMITES

A proposta encontra respaldo em marcos normativos internacionais, especialmente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), bem como em debates contemporâneos sobre governança, transparência e *accountability* no esporte.

No entanto, sua implementação enfrenta limites importantes. Entre eles, destacam-se a resistência institucional à abertura de processos deliberativos, a assimetria de poder entre os atores envolvidos e o risco de captura dos próprios mecanismos participativos pelas estruturas que se pretende transformar.

Esses limites indicam que a auditoria deve ser compreendida não como solução definitiva, mas como parte de um processo mais amplo de disputa por democratização institucional.

6.5 ESCUTA, CONHECIMENTO E PODER

No centro da proposta está a noção de escuta como prática epistêmica e política. Inspirada em contribuições da teoria feminista, como Pfister, (2015), Kessler (2016), Januário (2019), Goellner (2021), Whiteside (2024) essa perspectiva reconhece que os saberes situados de grupos historicamente subalternizados possuem centralidade na compreensão das estruturas de dominação.

Nesse sentido, a Auditoria Social Deliberativa não se limita à coleta de informações, mas implica o reconhecimento das atletas como sujeitos epistêmicos e políticos, capazes de produzir conhecimento relevante para a transformação das instituições. Ao recolocar a escuta qualificada no centro da governança esportiva, a proposta busca tensionar os limites da racionalidade estratégica afetiva e reabrir possibilidades de deliberação pública orientada ao reconhecimento e à justiça.

CONCLUSÃO

Este artigo propôs uma reformulação conceitual ao integrar teoria crítica, sociologia dos afetos e estudos do esporte, deslocando a análise da dimensão institucional-formal da deliberação para os mecanismos simbólicos e afetivos de gestão do dissenso. Ao fazê-lo, contribui para o avanço da literatura ao evidenciar formas contemporâneas de dominação que operam na interseção entre linguagem, poder e afeto, ainda pouco exploradas nos estudos sobre governança esportiva e desigualdade de gênero.

A Copa da FIFA de 2023 revelou uma tensão estrutural que atravessa o campo esportivo contemporâneo: ao ampliar a visibilidade e a legitimidade do futebol de mulheres, também expôs a persistência de desigualdades institucionais profundas relacionadas ao financiamento, à governança e às condições de trabalho das atletas. Esse descompasso indica que o reconhecimento simbólico não implica, necessariamente, transformação estrutural.

A partir da articulação entre teoria crítica, sociologia do esporte e análise de mídia, o artigo demonstrou que tais desigualdades não se sustentam apenas por mecanismos coercitivos ou econômicos, mas também por formas simbólicas e afetivas de gestão do dissenso. Nesse contexto, o conceito de racionalidade estratégica afetiva permitiu compreender como discursos de empatia, inclusão e cuidado podem operar como dispositivos de neutralização da crítica, configurando práticas de *gaslighting* institucional no interior das organizações esportivas.

A análise dos casos institucionais e dos enquadramentos midiáticos evidenciou que, embora haja ampliação da visibilidade das desigualdades de gênero no futebol, essa visibilidade é frequentemente incorporada pelas próprias instituições sem produzir alterações substantivas em suas práticas. A crítica, nesse processo, não é suprimida, mas reconfigurada como elemento funcional à manutenção da legitimidade institucional, contribuindo para a estabilização das assimetrias sob novas formas simbólicas.

Esses achados permitem evidenciar os limites da visibilidade midiática como mecanismo de mudança, ao mesmo tempo em que reforçam o papel ativo dos enquadramentos jornalísticos na construção, e, em certos casos, na contenção, das demandas por justiça de gênero no esporte. Ao iluminar essa dinâmica, o artigo contribui tanto para os estudos sociais do esporte quanto para a teoria crítica contemporânea.

Nesse contexto, a Auditoria Social Deliberativa emerge como uma possibilidade analítica e normativa de rearticulação entre crítica pública e transformação institucional. Mais do que um modelo prescritivo, trata-se de um dispositivo voltado à conversão da crítica difusa em processos estruturados de deliberação, *accountability* e escuta qualificada, capazes de tensionar os limites da racionalidade estratégica que caracteriza a governança esportiva contemporânea.

Este estudo apresenta limitações, especialmente no que se refere ao recorte empírico da análise midiática e à ausência de métodos qualitativos baseados em entrevistas. Tais limitações indicam caminhos para investigações futuras, incluindo a ampliação do corpus para mídias digitais e redes sociais, bem como a análise de experiências concretas de participação e governança no esporte.

Em síntese, o futebol de mulheres configura-se como um espaço privilegiado para a análise das dinâmicas contemporâneas de poder, reconhecimento e desigualdade. Ao demonstrar como a crítica pode ser simultaneamente reconhecida e neutralizada, o artigo contribui para a compreensão das condições sob as quais a democratização das instituições esportivas possa ser efetivamente tensionada e transformada.

REFERÊNCIAS

ABRAMSON, Kate. Turning up the lights on gaslighting. **Philosophical Perspectives**, v. 28, n. 1, p. 1-30, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/phpe.12046>

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 43–64, jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000100002>

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction**: critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 1941. Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 25 mai. 2026.

COOKY, Cheryl; MESSNER, Michael A. **No slam dunk**: gender, sport and the unevenness of social change. New Brunswick: Rutgers University Press, 2018.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUN, Sandra G. (org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; Editora 34, 2002. p. 61-78.

GARRAZA, Valeria *et al.* **Medios de comunicación, género y deporte**: análisis de la prensa deportiva argentina. Buenos Aires: Eudeba, 2012.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. **Movimento**, v. 27, p. e27001, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.110157>

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Unesp, 2022a. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Unesp, 2022b. v. 2.

HABERMAS, Jürgen. **Uma outra história da filosofia**: a constelação ocidental da fé e do saber. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2024. v. 1.

ILLOUZ, Eva. **Intimidades congeladas**: las emociones en el capitalismo. Buenos Aires: Katz, 2007.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Mulheres no campo**: o ethos da torcedora pernambucana. São Paulo: Fontenele 2019.

KESSLER, Cláudia. **Mulheres na área**: gênero, diversidade e inserções no futebol. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

KNOPPERS, Annelies. The gendering of leadership in sport organization: post-structural perspectives. In: CUNNINGHAM, George B.; FINK, Janet S.; DOHERTY, Alison. **Routledge handbook of theory in sport management**. New York: Routledge, 2016.

LATONA, David; DEVEREUX, Charlie; PINEDO, Emma. “Meu chefe não deveria ter me beijado”, diz Hermoso em julgamento de ex-presidente da Federação Espanhola. **Folha de S. Paulo**, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2025/02/meu-chefe-nao-deveria-ter-me-beijado-diz-hermoso-em-julgamento-de-ex-presidente-da-federacao-espanhola.shtml>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, p. 258–279, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.00384.x>

ÖZDEMİR, Marina; BETTINE, Marco. A democracia deliberativa e igualdade de gênero: estudo de caso da copa de futebol feminino de 2023 em auditoria social e transparência cidadã. **Revista Aracê**, v. 6, n. 1, p. 254-276, 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev6n1-016>

PFISTER, Gertrud. Assessing the sociology of sport: on women and football. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 50, n. 4-5, p. 563-569, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1012690214566646>

POGREBINSCHI, Thamy. **Innovating democracy?** The means and ends of citizen participation in Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

SÁ, Luiza. Infantino diz que mulheres têm de escolher “as lutas certas” por igualdade. **UOL**, 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/08/18/infantino-diz-que-mulheres-tem-de-escolher-as-lutas-certas-por-igualdade.htm>. Acesso em: 9 abr. 2025.

#SEACABÓ: diário das campeãs. Direção: Joanna Pardos. [Documentário]. Espanha: Netflix, 2024.

SWEET, Paige L. The sociology of gaslighting. **American Sociological Review**, v. 84, n. 5, p. 851-875, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/0003122419874843>

WILLIAMS, Jean. **A contemporary history of women’s sport, part one:** sporting women, 1850–1960. London: Routledge, 2014.

WHITESIDE, Erin. Women in sports journalism: making sense of the field’s ongoing gender disparity. In: PEDERSEN, Paul M. (org.). 2nd. ed. **Routledge Handbook of Sport Communication**. London: Routledge, 2024. p. 289–301.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1999.

Abstract: The 2023 Women's Football World Cup highlighted symbolic advances in the visibility of the sport while exposing persistent structural asymmetries in global sports governance. This article aims to analyze this scenario through the lens of Jürgen Habermas's Theory of Communicative Action, in dialogue with the sociology of affects and feminist theory. It proposes the concept of affective strategic rationality, understood as the institutional mobilization of affects to manage dissent, neutralize criticism, and reproduce inequalities under the appearance of empathy and inclusion. Methodologically, the study combines qualitative analysis of institutional cases and framing analysis of international media coverage of the 2023 World Cup, identifying discursive patterns in the construction of gender inequalities in sport. The findings suggest that increased media visibility does not necessarily lead to structural change, but may instead be incorporated into symbolic strategies of legitimation. As a contribution, the article introduces the notion of Deliberative Social Audit as an analytical and normative possibility to strengthen accountability and the democratization of sports institutions.

Keywords: Women's football. Affective strategic rationality. Institutional *gaslighting*. Sports media.

Resumen: La Copa Mundial de Fútbol de Mujeres de 2023 evidenció avances simbólicos en la visibilidad de la modalidad, al mismo tiempo que expuso la persistencia de asimetrías estructurales en la gobernanza deportiva global. Este artículo tiene como objetivo analizar este escenario a la luz de la Teoría de la Acción Comunicativa de Jürgen Habermas, en diálogo con la sociología de los afectos y la teoría feminista. Se propone el concepto de racionalidad estratégica afectiva, entendido como la movilización institucional de los afectos para gestionar disensos, neutralizar críticas y reproducir desigualdades bajo la apariencia de empatía e inclusión. Metodológicamente, el estudio combina el análisis cualitativo de casos institucionales y el análisis de encuadre (framing) de la cobertura mediática internacional de la Copa de 2023, identificando patrones discursivos en la construcción de las desigualdades de género en el deporte. Los resultados indican que el aumento de la visibilidad mediática no implica necesariamente transformación estructural, y puede ser incorporado como parte de estrategias simbólicas de legitimación. Como contribución, el artículo propone la noción de Auditoría Social Deliberativa como una posibilidad analítica y normativa para fortalecer la rendición de cuentas y la democratización de las instituciones deportivas.

Palabras clave: Fútbol de mujeres. Racionalidad estratégica afectiva. Gaslighting institucional. Medios deportivos.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Marina Thereza Santos de Souza Özdemir: Conceitualização; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Administração do Projeto; Visualização.

Marco Bettine: Obtenção de Financiamento; Metodologia; Administração do Projeto; Recursos; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – Rascunho Original; Redação – Revisão e Edição.

FINANCIAMENTO

O trabalho faz parte do projeto Financiado pela Fapesp: Os pleitos de direitos humanos da Copa de futebol feminino FIFA 2023 em auditoria social: um estudo de campo sobre permeabilidade deliberativa em entidades públicas e privadas Processo: 23/17705-9. Modalidade de apoio: Bolsas no Brasil - Doutorado Direto.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório. Disponível em <https://repositorio.usp.br>

COMO REFERENCIAR

ÖZDEMİR, Marina Thereza Santos de Souza; BETTINE, Marco. Gaslighting institucional e racionalidade estratégica afetiva no futebol de mulheres: a copa do mundo de 2023. **Movimento**, v. 32, p. e32037, jan./dez. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.147695>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

 Alex Branco Fraga*

 Elisandro Schultz Wittizorecki*

 Ileana Wenzel**

 Mauro Myskiw*

 Raquel da Silveira*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.

** Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.